



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ESTATÍSTICA
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

**RELATÓRIO
PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO**

**2015-2020
Exercício 2015**

Belém – Pará
2016

PRESIDENTE

Des. Constantino Augusto Guerreiro

VICE-PRESIDENTE

Des. Ricardo Ferreira Nunes

CORREGEDORA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Des. Diracy Nunes Alves

CORREGEDORA DO INTERIOR

Des. Maria do Céu Maciel Coutinho

EQUIPE TÉCNICA

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

Maria de Nazaré Rendeiro Saleme

DIRETORA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ESTATÍSTICA

Karla Loren Lopes Gonçalves

COORDENADORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Valéria Athayde Fontelles de Lima

ANALISTA JUDICIÁRIO

Luciana Vieira de Souza Caliari

AUXILIAR JUCIÁRIO

Luciana Sá Fernandes

COORDENADOR DE ESTATÍSTICA

Fábio Djan Oliveira de Lima

ANALISTA JUDICIÁRIO

Jonelson Magno Dias

Auxiliar Judiciário

Luciana da Costa Souza

1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020

A criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2004, como órgão de coordenação e controle externo do Poder Judiciário Nacional teve, como uma de suas principais consequências, a introdução do processo de planejamento estratégico nos Tribunais.

Com a edição da Resolução CNJ n.º 198/2014, de 01 de julho de 2014 foi instituída a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período de 2015-2020, Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Nacional, contendo a Missão, Visão, Valores e Macrodesafios do Poder Judiciário.

O Poder Judiciário Nacional adotou o *Balanced Scorecard* (BSC) como ferramenta metodológica na construção e monitoramento do Planejamento Estratégico 2015-2020, com estipulação de macrodesafios, metas e indicadores.

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) aprovou, por meio da Resolução n.º 28/2014-GP, o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Pará para o período de 06 anos (2015-2020), alinhado às orientações estabelecidas pelo CNJ na Estratégia Nacional.

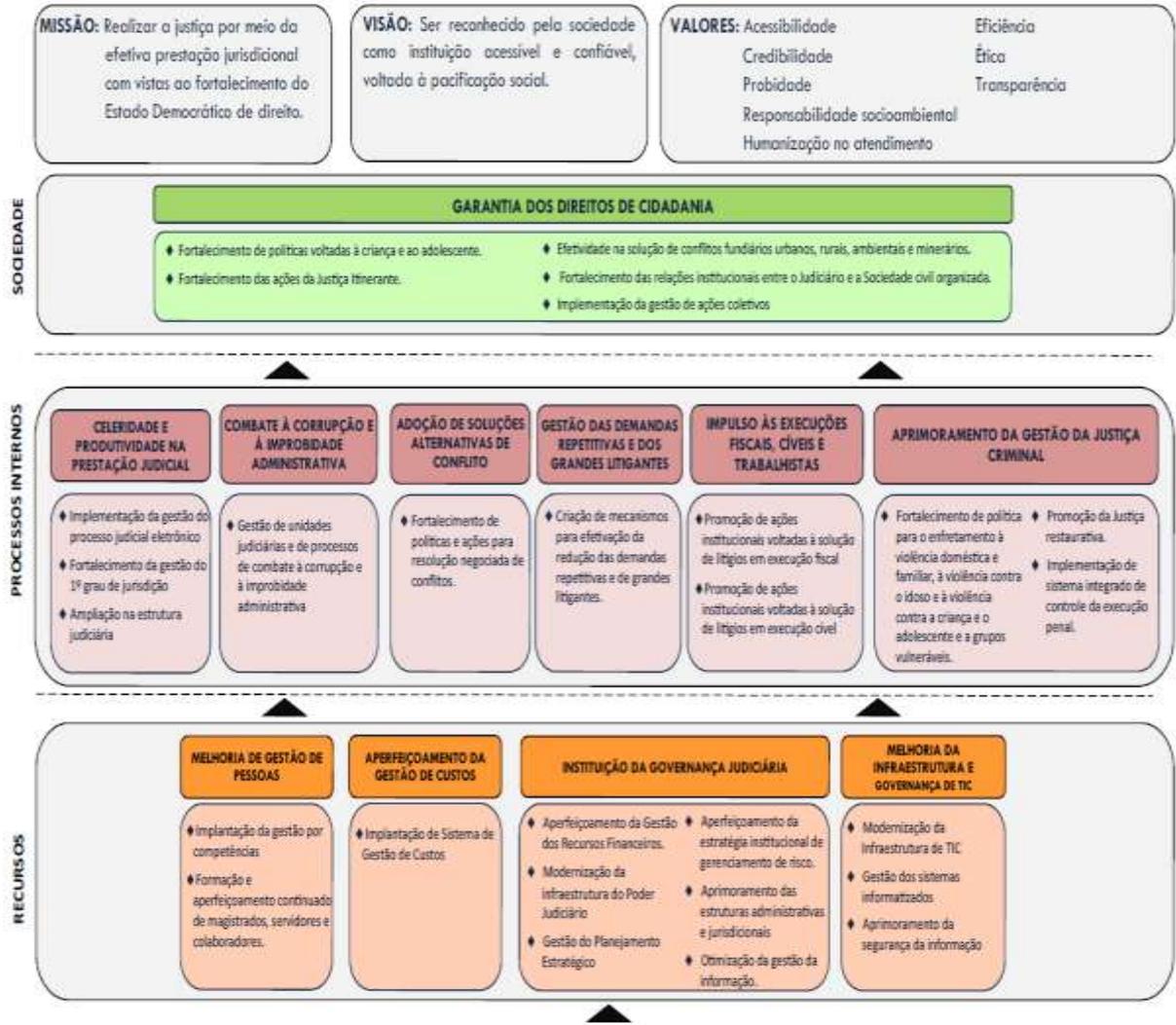
O Plano Estratégico do TJPA 2015-2020 é composto de 11 macrodesafios, distribuídos em 28 iniciativas estratégicas, que delineiam caminhos institucionais para alcançar seus objetivos e ações estratégicas, divididas por perspectivas de resultado para a sociedade, processos Internos e recursos. A elaboração do Planejamento Estratégico foi estruturada a partir de certos elementos, dentro os quais se destacam: a missão (razão de ser), visão (expressa a situação desejada) e valores (crenças básicas) do TJPA.

O Mapa Estratégico para 2015-2020, a seguir, representa graficamente a estratégia definida pelo TJPA para o alcance dos resultados pretendidos, numa relação de causa e efeito, que evidencia os desafios que devem ser superados para concretizar a missão e a visão de futuro:

MAPA ESTRATÉGICO TJPA 2015 - 2020



MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO 2015-2020



Fonte: TJPA/SEPLAN

2. RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 MACRODESAFIO	GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA
INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	<ol style="list-style-type: none">1. Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente2. Fortalecimento das ações da Justiça Itinerante.3. Implementação da gestão de ações coletivas
META 2015	Sem meta
INDICADOR	<ol style="list-style-type: none">1. Índice de satisfação dos usuários2. Pessoas beneficiadas com ações de cidadania
FÓRMULA DE CÁLCULO	<ol style="list-style-type: none">1. $(\text{Números de respostas positivas por usuário}) / (\text{total de usuários pesquisados}) \times 100.$2. $(\text{Número de Pessoas Beneficiadas no ano atual em relação ao ano anterior}) \times 100 - 100.$

APURAÇÃO

Índices	Índice de satisfação dos usuários	Pessoas beneficiadas com ações de cidadania
Índice Esperado %	-----	-----
Índice Observado %	-----	-----
Situação da Meta	-----	-----

DESEMPENHO

O macrodesafio Garantia dos direitos da cidadania tem como desafio garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania, de forma a atenuar as desigualdades, observando práticas sustentáveis e uso de tecnologia limpa. As iniciativas estratégicas são caminhos institucionais para enfrentar os macrodesafios e alcançar seus objetivos, nesse caso foram traçadas cinco iniciativas, sendo 3 (três) para 2015, que são de priorizar ações voltadas à criança e o adolescente, a justiça itinerante, disponibilizando a estrutura judiciária e de atendimento dos jurisdicionados em locais de difícil acesso, bem como aprimorar o tratamento judiciário de ações coletivas. Para o ano de 2015, não temos metas dos indicadores para o macrodesafio garantia dos direitos da cidadania.

2.2 MACRODESAFIO	CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JUDICIAL
INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implementação da gestão do processo judicial eletrônico 2. Fortalecimento da gestão do 1º grau de jurisdição 3. Ampliação na estrutura judiciária
META 2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reduzir em 1 p.p a taxa de congestionamento 2. Aumentar em 2,5 p.p a taxa de atendimento a demanda
INDICADOR	<ol style="list-style-type: none"> 1. Taxa de congestionamento processual do Poder Judiciário 2. Índice de atendimento à demanda
FÓRMULA DE CÁLCULO	<ol style="list-style-type: none"> 1. $((\text{Total de processos pendentes}) / (\text{baixados} + \text{processos pendentes})) \times 100$ 2. $(\text{Número de processos baixados}) / (\text{Número de casos novos}) \times 100$

APURAÇÃO

Índices	Taxa de Congestionamento processual do Poder Judiciário	Índice de atendimento à demanda
Índice Esperado p.p	-1	2,5
Índice Observado p.p	6,1	-8,1
Situação da Meta	Meta não alcançada	Meta não alcançada

DESEMPENHO

Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados. Nesse sentido três iniciativas estratégicas foram delineadas: implementação da gestão do processo judicial eletrônico, fortalecimento da gestão do 1º grau de jurisdição e ampliação na estrutura judiciária.

Em 2015 houve uma ampliação no uso do Processo Judicial Eletrônico (PJE) com instalação nas seguintes unidades:

- Vara do Juizado Especial Cível de Marituba;
- 1º, 2º e 3º Varas do Juizado Especial Cível de Ananindeua;

- 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 7º Varas do Juizado Especial Cível de Belém;
- Vara do Juizado Especial Cível de Mosqueiro;
- 1º e 2º Varas do Juizado Especial Cível do Idoso;
- Turma Recursal;
- Juizado Especial Cível da Fazenda Pública de Belém.

Com relação a ampliação na estrutura judiciária, inclui a nomeação de novos servidores concursados e comissionados. Em 2015 foram nomeados do concurso público nº 02/2014 - 212 servidores, dos quais 184 tomaram posse.

Duas metas foram estabelecidas para 2015: reduzir em 1p.p. a taxa de congestionamento e aumentar 2,5 p.p a taxa de atendimento a demanda.

A taxa de congestionamento média Nacional da Justiça Estadual em 2015 foi de **74,2%**, o que acarretou um aumento no congestionamento de **6,1 p.p.** Quanto ao índice de atendimento a demanda, a referência utilizada foi Índice de atendimento à Demanda médio Nacional da Justiça Estadual, que foi de **99%**, ou seja, houve uma diminuição de **- 8,1 p.p.**

2.3 MACRODESAFIO	COMBATE A CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
INICIATIVA ESTRATÉGICA	1. Gestão de unidades judiciárias e de processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa
META 2015	1. Aumentar em 5 p.p o número de sentenças de ações de improbidade administrativa e contra a administração pública, cuja a distribuição se deu até 5 anos do período de referência
INDICADOR	1. Índice de agilidade no julgamento das ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública.
FÓRMULA DE CÁLCULO	1. $((\text{Número de processos sentenciados cuja tramitação durou no máximo cinco anos}) / (\text{total de processos sentenciados no ano em questão})) \times 100.$

APURAÇÃO

Índices	Índice de agilidade no julgamento das ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública
Índice Esperado p.p	5
Índice Observado p.p	-11
Situação da Meta	Meta não alcançada

DESEMPENHO

Trata-se de um conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública e eleitorais, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos e de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

A meta para 2015 foi aumentar em **5 p.p.** o número de sentenças de ações de improbidade administrativa e contra a administração pública, cuja distribuição se deu até 5 anos do período de referência. O valor apurado foi de **-11 p.p.**, ou seja, em relação a 2014 ocorreu uma diminuição de **11%** no julgamento deste tipo de ação.

2.4 MACRODESAFIO	ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITOS
INICIATIVA ESTRATÉGICA	1. Fortalecimento de políticas e ações para resolução negociada de conflitos
META 2015	1. Aumentar em 2% o número de ações resolvidas 2. Aumentar em 2% o número de atendimento 3. Aumentar em 10% o número de acordos pré-processuais homologados
INDICADOR	1. Incremento do número de soluções alternativas de conflitos no âmbito estadual 2. Crescimento dos atendimentos nos CEJUSC's 3. Crescimento dos acordos pré-processuais homologados nos CEJUSC's
FÓRMULA DE CÁLCULO	1. $(N^{\circ} \text{ de ações resolvidas no ano vigente}) / (N^{\circ} \text{ de ações resolvidas no ano base (2014)}) \times 100-100$ 2. $(N^{\circ} \text{ de atendimentos no ano vigente}) / (N^{\circ} \text{ de atendimentos no ano base (2014)}) \times 100-100$ 3. $(N^{\circ} \text{ de acordos pré-processuais homologados no ano vigente}) / (N^{\circ} \text{ de acordos pré-processuais no ano base (2014)}) \times 100-100$

APURAÇÃO

Índices	Incremento do número de soluções alternativas de conflitos no âmbito estadual	Crescimento dos atendimentos nos CEJUSC's	Crescimento dos acordos pré-processuais homologados nos CEJUSC's
Índice Esperado %	2	2	10
Índice Observado %	7	NM*	NM
Situação da Meta	Meta alcançada	NM	NM

*NM -Não mensurado

DESEMPENHO

Adotar métodos adequados de soluções de conflitos concentra-se na promoção de acordos pré-processuais e processuais, por meio de mediações e conciliações.

Nesse sentido foram traçadas três metas para 2015: aumentar em 2% o nº de ações resolvidas, aumentar em 2% o número de atendimento e aumentar em 10% o nº de acordos pré-processuais homologados.

Quanto ao incremento do número de soluções alternativas de conflitos no âmbito estadual em 2015, 27.072 ações foram resolvidas, de um modo geral, ou seja, extrajudiciais ou já judicializados. O índice alcançado foi de 7% o que significa um aumento de **5%** em relação ao percentual esperado de **2%**.

Não foi possível coletar informações referentes ao número de atendimentos e a quantidade de acordos pré-processuais homologados, uma vez que no referido período foi registrado o total de acordos homologados, no entanto não se fez a separação entre acordos pré-processuais e processuais homologados.

2.5 MACRODESAFIO	GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES
INICIATIVA ESTRATÉGICA	1. Criação de mecanismos para efetivação da redução das demandas repetitivas e de grandes litigantes
META 2015	Sem metas
INDICADOR	1. Taxa de congestionamento em litigância serial
FÓRMULA DE CÁLCULO	1. $((\text{Total de processos baixados}) / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes})) \times 100$

APURAÇÃO

Índices	Taxa de congestionamento em litigância serial
Índice Esperado %	-----
Índice Observado %	-----
Situação da Meta	-----

DESEMPENHO

Refere-se à redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, advindos dos entes públicos, do sistema financeiro, das operadoras de telefonia, entre

outros, por meio da gestão da informação e do uso de sistemas eletrônicos. Visa reverter a cultura da excessiva judicialização, com a proposição de inovações legislativas, a criação e aplicação de mecanismos para penalizar a litigância protelatória e o monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes.

No intuito de cumprir o macrodesafio, foi delineada a iniciativa estratégica de criação de mecanismos para efetivação da redução das demandas repetitivas e de grandes litigantes, embora não haja meta para 2015, várias ações foram adotadas, tais como: otimização do trabalho de 3 setores em 1 só e a implantação do módulo no sistema LIBRA que permite a vinculação de temas, de Repercussão Geral e Repetitivos, potencialmente aplicáveis às ações ingressadas no 1º e 2º grau de jurisdição.

2.6 MACRODESAFIO	IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS
INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	1. Sem iniciativas para 2015
META 2015	Sem metas
INDICADOR	1. Índice de Atendimento à Demanda de ações de Execução Fiscal no 1º grau 2. Índice de atendimento à demanda de ações de execução não-fiscal no 1º grau
FÓRMULA DE CÁLCULO	1. ((Total de processos de execução fiscal baixados) / (casos novos de execução fiscal)) x 100 2. ((Total de processos de execução não-fiscal baixados) / (casos novos de execução não-fiscal)) x 100

APURAÇÃO

Índices	Índice de Atendimento à Demanda de ações de Execução Fiscal no 1º grau	Índice de atendimento à demanda de ações de execução não-fiscal no 1º grau
Índice Esperado %	-----	-----
Índice Observado %	-----	-----
Situação da Meta	-----	-----

DESEMPENHO

Implantação de ações visando à efetividade das ações judiciais, propiciando a recuperação de bens e valores aos cofres públicos (execuções fiscais) e a solução

definitiva dos litígios cíveis e trabalhistas. Para tanto, podem ser adotados mecanismos como a utilização tempestiva dos sistemas de bloqueio de ativos do devedor (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD); a realização de leilões judiciais; a celebração de parcerias com as Procuradorias de Fazenda, juntas comerciais, cartórios de registro de imóveis e de protesto de títulos; a inscrição da dívida nos sistemas de proteção ao crédito, a exemplo do Serasa e SPC, entre outras ações.

Foi estabelecida uma iniciativa estratégica para este macrodesafio com vigência para 2017, que é a Promoção de ações institucionais voltadas às soluções de litígios em execução fiscal e cível. Também foram traçados dois indicadores, no entanto não há metas para 2015.

2.7 MACRODESAFIO	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL
INICIATIVA ESTRATÉGICA	1. Enfretamento à violência doméstica e familiar, à violência contra o idoso e à violência contra a criança e o adolescente e a outros grupos vulneráveis
META 2015	Sem metas
INDICADOR	1. Taxa de congestionamento das ações de execução de penas restritivas de direito e medidas de segurança 2. Taxa de Congestionamento das Ações de Execução de Penas Privativas de Liberdade
FÓRMULA DE CÁLCULO	1. $((\text{Total de processos baixados}) / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes})) \times 100$ 2. $((\text{Total de processos baixados}) / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes})) \times 100$

APURAÇÃO

Índices	Taxa de congestionamento das ações de execução de penas restritivas de direito e medidas de segurança	Taxa de Congestionamento das Ações de Execução de Penas Privativas de Liberdade
Índice Esperado %	-----	-----
Índice Observado %	-----	-----
Situação da Meta	-----	-----

DESEMPENHO

Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas

alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário, fortalecimento dos conselhos de comunidade, penitenciários e dos patronatos e combate ao uso de drogas ilícitas. Pretende reduzir o número de processos, as taxas de encarceramento e a reincidência; estabelecer mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social; e a construção de uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social.

Foram delineadas duas iniciativas estratégicas para 2016: Promoção da Justiça Restaurativa e de Ações de Ressocialização dos Apenados e a Implementação de sistema integrado de controle da execução penal. Também foram estabelecidos dois indicadores, no entanto não há metas para 2015.

2.8 MACRODESAFIO	MELHORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação da gestão por competências 2. Formação e aperfeiçoamento continuado de magistrados, servidores e colaboradores
META 2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. Capacitar pelo menos 30% de magistrados e servidores
INDICADOR	<ol style="list-style-type: none"> 1. Índice de formação e aperfeiçoamento
FÓRMULA DE CÁLCULO	<ol style="list-style-type: none"> 1. $(N^{\circ} \text{ de magistrados e servidores capacitados}) / (N^{\circ} \text{ total de magistrados e servidores}) \times 100$

APURAÇÃO

Índices	Índice de formação e aperfeiçoamento
Índice Esperado %	30
Índice Observado %	39,18
Situação da Meta	Meta Alcançada

DESEMPENHO

Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano nos órgãos do Poder Judiciário. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao estabelecimento de sistemas de recompensas, à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho. No exercício de 2015 foram capacitados

39,18% dos 5.099 magistrados e servidores do TJPA, sendo que 1.190 foram capacitados através de cursos oferecidos pela Coordenadoria de Treinamento e Informação e 808 através da Escola Superior da Magistratura (ESM).

2.9 MACRODESAFIO	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS
INICIATIVA ESTRATÉGICA	Sem Iniciativa para 2015
META 2015	Sem meta
INDICADOR	1. Índice de inserção dos processos de gestão no sistema de custo 2. Índice de Eficiência Operacional
FÓRMULA DE CÁLCULO	1. $(N^{\circ} \text{ de processos de gestão inseridos}) / (N^{\circ} \text{ de processos de gestão identificados}) \times 100.$ 2. $((\text{Desp.Total-Inativos-Precatório-Investimento} + \text{depreciação}) / (\text{Total de processos baixados})) \times 100.$

APURAÇÃO

Índices	Índice de inserção dos processos de gestão no sistema de custo	Índice de Eficiência Operacional
Índice Esperado %	-----	-----
Índice Observado %	-----	-----
Situação da Meta	-----	-----

DESEMPENHO

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça. Foi estabelecida uma iniciativa estratégica para 2016, a Implantação de Sistema de Gestão de Custos. Também foram delineados dois indicadores, no entanto não há metas para 2015.

2.10 MACRODESAFIO	INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA
INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aperfeiçoamento da Gestão dos Recursos Financeiros 2. Modernização da infraestrutura do Poder Judiciário 3. Gestão do Planejamento Estratégico 4. Aperfeiçoamento da estratégia institucional de gerenciamento de risco 5. Aprimoramento das estruturas administrativas e jurisdicionais 6. Otimização da gestão da informação
META 2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. Executar em pelo menos 80% do valor destinado às iniciativas estratégicas, por ano 2. Implementar pelo menos 80% anualmente das ações programadas no Plano Estratégico
INDICADOR	<ol style="list-style-type: none"> 1. Índice de execução do orçamento estratégico 2. Índice de execução do Plano Estratégico
FÓRMULA DE CÁLCULO	<ol style="list-style-type: none"> 1. $(\text{Valor executado nas iniciativas estratégicas}) / (\text{valor total disponibilizado para as iniciativas estratégicas}) \times 100$ 2. $(\text{N}^\circ \text{ de ações executadas}) / (\text{Total das ações programadas no ano de referência}) \times 100$

APURAÇÃO

Índices	Índice de execução do orçamento estratégico	Índice de execução do Plano Estratégico
Índice Esperado %	80	80
Índice Observado %	79,17	23,81
Situação da Meta	Meta não alcançada	Meta não alcançada

DESEMPENHO

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades regionais e próprias de cada segmento de justiça, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos da justiça e pela sociedade. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos. O TJPA destinou **R\$ 106.568.359 (cento e seis milhões quinhentos e sessenta e oito mil e trezentos e cinquenta e nove reais)** para a execução de ações estratégicas nos seguintes programas: Acesso ao Sistema de Justiça, Alinhamento e Integração, Atuação Institucional, Eficiência Operacional, Valorização do Servidor Público e Infraestrutura e Tecnologia da Informação. Houve execução de **R\$ 84.367.727 (oitenta e dois milhões trezentos e sessenta e sete mil**

e setecentos e vinte e sete reais) o que representa uma execução de **79,17%** dos recursos, ficando **0,83%** da meta estabelecida.

Quanto a implementação das ações do Plano Estratégico, no exercício 2015 houve a conclusão de 15 ações das 63 previstas para o biênio 2015-2017, o que demonstra a implementação de **23,81%**.

2.11 MACRODESAFIO	MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC
INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Modernização da Infraestrutura de TIC 2. Gestão do sistema da informação 3. Aprimoramento da segurança da informação
META 2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentar em 10% o número de novos processos eletrônicos 2. Implementar pelo menos 40% às metas do PETIC 3. Atingir a disponibilidade de 94%
INDICADOR	<ol style="list-style-type: none"> 1. Índice de processos judiciais eletrônicos novos 2. Índice de execução do Planejamento Estratégico de TIC (PETIC) 3. Índice da disponibilidade dos sistemas de tecnologia da informação
FÓRMULA DE CÁLCULO	<ol style="list-style-type: none"> 1. $(\text{Total de processos novos eletrônicos}) / (\text{total de processos novos}) \times 100$ 2. $(\text{N}^\circ \text{ de metas alcançadas de PETIC no ano de referência}) / (\text{N}^\circ \text{ total de metas do PETIC no ano de referência}) \times 100$ 3. $(\text{Tempo de indisponibilidade}) / (\text{Tempo de disponibilidade (minutos)}) \times 100$

APURAÇÃO

Índices	Índice de processos judiciais eletrônicos novos	Índice de execução do Planejamento Estratégico de TIC (PETIC)	Índice da disponibilidade dos sistemas de tecnologia da informação
Índice Esperado %	10	40	94
Índice Observado %	14,7	74,8	99,24
Situação da Meta	Meta alcançada	Meta alcançada	Meta alcançada

DESEMPENHO

Uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado às políticas de TIC definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Visa garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e

sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

No ano de 2015 o percentual de processos judiciais eletrônicos novos no TJPA foi de **14,7%**, o que representa um aumento de **4,7%** em relação a meta fixada para o período. O PJE foi instalado nas seguintes unidades: Vara do juizado especial cível de Marituba, 1º, 2º, e 3º varas do juizado especial cível de Ananindeua, 1º, 2º, 4º, 6º, e 7º varas do juizado especial cível de Belém, vara do juizado especial cível de Mosqueiro, 1º e 2º varas do juizado especial cível do idoso, turma recursal e juizado especial cível da fazenda pública de Belém.

Quanto ao indicador de execução do planejamento estratégico da área de informática no exercício de 2015 foram implementadas **74,8%** das metas definidas para o período, o que significou uma execução **38,4%** maior do que a estabelecida para o período.

A disponibilidade dos sistemas de tecnologia da informação foi de **99,24%**, superando em **5,24%** a meta do período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Pará para o sexênio 2015-2020 discrimina as diretrizes estratégicas a serem observadas e trabalhadas pela instituição, observando-se os valores, o cumprimento da missão e a superação dos macrodesafios estabelecidos em busca do alcance da visão de futuro pretendida.

Cabe destacar que no primeiro ano do Plano, dos 11 macrodesafios, 5 não tinham metas para 2015, quais sejam: Garantia dos direitos de cidadania, Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes, Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas, Aprimoramento da justiça criminal e Aperfeiçoamento da Gestão de custos, conforme demonstrado anteriormente.

Apesar do esforço empreendido pela administração e pelos magistrados e servidores no alcance dos resultados pretendidos, a medição dos indicadores demonstram o alcance de 50% das metas propostas, considerando 02 metas que não puderam ser medidas.